

Os empresários e a educação superior

José Rodrigues,
Campina, Editora Autores Associados, 2007, 112 pp.

LEDA MARIA DE OLIVEIRA RODRIGUES*

O trabalho de José Rodrigues, *Os empresários e a educação superior*, tem como tese central a idéia de que existem duas frações da burguesia brasileira que possuem interesses distintos frente ao sistema educacional: de um lado, a velha burguesia industrial formada no período desenvolvimentista e, de outro lado, a nova fração burguesa vinculada aos serviços educacionais em expansão no modelo econômico neoliberal. Segundo o autor, essas frações burguesas têm cada uma delas um olhar interessado e ideológico sobre a educação, olhares que o autor classifica como “mercadoria-educação”, no caso dos empresários industriais, e “educação-mercadoria”, no caso dos empresários do ensino.

O livro está organizado em quatro capítulos: “A educação-mercadoria e a mercadoria-educação”, “A educação superior e os empresários industriais”, “Os empresários do ensino e a educa-

ção superior” e – o quarto e último capítulo – “A mercadoria especial do Governo Lula da Silva”.

O autor procura dar um panorama do processo de mercantilização orientador das transformações mais recentes das universidades públicas e privadas. Esse processo apresenta duas faces e cada uma delas representa um setor da burguesia. Uma parte da burguesia ligada à educação defende seus interesses de forma a fazer prevalecer as condições para o desenvolvimento da educação como insumo, isto é, defendendo a educação e o conhecimento como meios a serviço da produção industrial – trata-se da visão denominada de “educação-mercadoria”. A outra fração burguesa defende seus interesses de modo a converter a atividade educacional, ela mesma, em processo de acumulação de capital, encarando a prática social educacional como “mercadoria-educação” (Rodrigues, p. 6).

* Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC/SP.

O livro analisa de forma interessante como essas duas frações da burguesia que têm interesses, direta ou indiretamente, voltados para o setor educacional superior, entram em conflito. Assim, do lado da educação-mercadoria, a venda do serviço educacional é o objetivo único das instituições que o comercializam. A mercadoria é a vaga e o valor da matrícula e das mensalidades deve ser estabelecido pelo livre jogo da oferta e da procura, regulado apenas e especificamente pelo mercado das instituições de ensino superior (IES). Do lado da mercadoria-educação, existem dois aspectos que devem ser considerados. O primeiro é a expansão rápida do número de profissionais graduados favorecendo o capital industrial, visto que essa expansão cria um exército industrial de reserva, rebaixando os salários desses profissionais qualificados. O segundo aspecto é que, se esse exército for constituído de profissionais sem qualificação adequada ao processo produtivo, o capital industrial corre o risco de passar por sérias dificuldades, imediatas ou no longo prazo, em seu processo produtivo (Rodrigues, pp. 6-7). Os interesses são, portanto, conflitantes. Investir em uma boa formação profissional, portanto, nem sempre combina com expansão do ensino superior privado – este último cobra caro, mas nem sempre oferece boa formação. Investir em qualidade de ensino pode diminuir o lucro.

José Rodrigues analisa e discute como as propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), instituição que organiza o capital produtivo,

tenderão a divergir, em alguns pontos específicos das propostas oriundas do Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação, órgão que aglutina diversas entidades que representam os empresários do ensino.

Com o propósito de demonstrar sua tese, o autor passa a analisar a influência da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a entidade corporativa dos industriais herdada da Era Vargas, no sistema educacional. Mostra também a influência dessa Confederação no estabelecimento do acordo MEC-Usaid entre os governos brasileiro e norte-americano após o golpe militar de 1964. O acordo tinha como objetivo declarado a formação técnica para o crescimento industrial.

Uma das revelações do livro é que a criação do Instituto Evaldo Lodi (IEL), em 1968, serviu para aumentar a influência da indústria no sistema educacional, estreitando a relação universidade/indústria – um dos temas do capítulo II. José Rodrigues soube muito bem demonstrar o peso do IEL na reforma educacional brasileira como um todo e especialmente nas instituições de ensino superior. O autor demonstra que a burguesia industrial exigiu de forma compulsória a reforma do sistema educacional, adequando-o à demanda da indústria, ou seja, ensino técnico e formação profissional, além do desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas de interesse da indústria.

Tendo demonstrado a cumplicidade do Estado brasileiro com os interesses da burguesia industrial, o autor preocupa-se em analisar como a nova burguesia

de serviços também foi aquinhoadada por esse Estado. O fundamental aqui é que o Ministério da Educação e Cultura, desde o golpe de 1964 e até os dias de hoje, reconhece e permite a abertura de escolas e de instituições de ensino superior privadas que mal atendem às exigências de qualidade expressas nas sucessivas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), exigências que, de resto, sequer são muito elevadas. Portanto, o autor nos dá a clareza das benesses recebidas pela rede privada de ensino de forma que a nova burguesia de serviços nada tem a reclamar, já que seu capital cresce a todo vapor, graças ao fato de o Estado se omitir na regulação dos preços e da qualidade do ensino particular.

Da mesma forma que examina os problemas da educação superior brasileira nas décadas de 1960 a 1990, o autor vai aprofundar a análise das reformas educacionais do período neoliberal — governos Collor, FHC e Lula da Silva. Analisa especialmente o primeiro texto da reforma universitária proposto pelo grupo de trabalho do governo Lula, organizado pelo ex-ministro da educação Tarso Genro. Destaca-se nesse texto da pretendida reforma (que efetivamente não ocorreu), mais uma vez, a força da CNI e do IEL, acrescida da intervenção do Fórum Nacional da Livre-Iniciativa na Educação, entidade que organiza a nova burguesia de serviços na área da educação. Resumindo, a reforma universitária do governo Lula pretendia atender e conciliar os interesses das duas frações burguesas. De um lado, a burguesia

industrial, representada pela CNI, que trabalha em conjunto com os integrantes do governo para que prevaleça a vinculação entre educação e desenvolvimento econômico, e, de outro, a nova burguesia de serviços, representada pelo Fórum Nacional da Livre-Iniciativa da Educação, que não toca nessa questão. Essa fração da burguesia está mais preocupada em vender sua mercadoria, e para isso conclama, coerentemente com o pensamento neoliberal sobre a educação, a liberdade de mercado, entendendo este como o único regulador da qualidade e do preço do ensino, e não o Estado. Não há consenso absoluto sequer na questão de como tratar o ensino público e o privado. A CNI manifesta interesse em preservar os trabalhos de pesquisa e ensino desenvolvidos nas universidades públicas de ponta, enquanto os empresários do ensino as vêem apenas como concorrentes ameaçadoras e recusam qualquer regulamentação das normas de funcionamento das instituições privadas. Conflitos como esses também estiveram envolvidos na criação do ProUni.

Ao longo do livro, o autor critica a subordinação da educação e do conhecimento à perspectiva da produção mercantil e defende uma política de educação pública, laica e gratuita. O livro de José Rodrigues é fruto de recente pesquisa. É uma importante fonte de dados para pesquisas na área educacional brasileira, especialmente as que têm como escopo as instituições de ensino superior e estão baseadas em análise crítica e progressista, em tempos de política neoliberal.